



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA 20 DE AGOSTO DE 2006.

Presidente:

Dr. Eládio Augusto Amorim Mesquita

Membros:

Dr. Érico Rafael Fleury de Campos Curado

Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Dr. Colemar José de Moura Filho

Dra. Mônica Flauzino Mendes

Banca Examinadora:

Dr. Alertte Martins de Jesus

Dr. Alexandre Iunes Machado

Dra. Ana Paula de Guadalupe Rocha

Dra. Dalvina Alves Cardoso

Dra. Melina Lobo Dantas

Dr. Rodrigo de Oliveira Caldas



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

ORIENTAÇÃO NORMATIVA PARA REALIZAÇÃO DA
PROVA OBJETIVA DO EXAME DE ORDEM.

- 1) Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
- 2) Não é permitido consultar qualquer tipo de obra, apostila ou anotação, nem usar equipamentos eletrônicos, telefone celular e outros.
- 3) Anotar no cartão de respostas, no espaço especificamente destinado a isso, o número do candidato constante no verso do cartão de resposta, de modo que o primeiro algarismo do referido número corresponda a um quadrículo da primeira linha, o segundo algarismo a um quadrículo da segunda linha, o terceiro algarismo a um quadrículo da terceira linha e o quarto algarismo a um quadrículo da quarta linha.
- 4) Não escrever no cartão de respostas. O candidato deve limitar-se apenas a assinalar a alternativa escolhida.
- 5) A existência de qualquer outro sinal que permita identificar o candidato acarretará a anulação da respectiva prova.
- 6) Preencher integralmente os espaços dos quadrículos assinalados, com a devida atenção, tendo em vista que a avaliação será feita por processo eletrônico de leitura ótica.
- 7) Usar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 8) Não amassar, não sujar e não dobrar o cartão de respostas.
- 9) O cartão de respostas é insubstituível.
- 10) O caderno de prova deve ser devolvido pelo Examinando, juntamente com cartão resposta. Em nenhuma hipótese poderá o Examinando levar consigo o caderno de respostas antes do horário previsto para o término das provas.
- 11) Qualquer comunicação entre candidatos resultará na desclassificação sumária dos envolvidos.
- 12) A prova terá a duração de 05 (cinco) horas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

PROCESSO CIVIL

001) Assinale a afirmativa correta:

- a) () Pessoa jurídica de direito privado tem legitimidade para propor ação popular.
- b) () É cabível ação declaratória para simples interpretação de tese jurídica ou de questão de direito.
- c) () Admite-se a nomeação de curador especial ao réu, revel, citado com hora certa.
- d) () Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é dispensável nos casos de comosse.

002) Assinale a assertiva correta:

- a) () O procedimento para o suprimento de outorga conjugal é de jurisdição contenciosa.
- b) () Não se admite ação declaratória incidental para declarar a paternidade em ação cujo pedido principal é apenas alimentos.
- c) () Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.
- d) () O interveniente não responde por perdas e danos, mesmo quando pleiteia de má-fé.

003) Assinale a afirmativa correta:

- a) () A mera interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório não enseja a caracterização de litigância de má-fé.
- b) () No incidente processual não há condenação em honorários de advogado, mas somente nas despesas processuais ocorridas com sua realização.
- c) () Na ação divisória litigiosa os demandantes pagarão as despesas proporcionalmente aos seus quinhões.
- d) () A nomeação de curador especial é admissível somente no caso de réu, revel, citado por Edital.

004) Assinale a afirmativa correta:

- a) () Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável no caso de ato por ambos praticado.
- b) () Quando, a requerimento do réu, o Juiz declarar extinto o processo sem julgar o mérito (artigo 267, § 2º, do CPC), o autor poderá intentar de novo a ação, independentemente do pagamento das despesas e honorários em que foi condenado.
- c) () A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.
- d) () Em ação reivindicatória ajuizada por apenas um condômino em face de outro, é caso de litisconsórcio passivo necessário.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

005) Assinale a assertiva correta:

- a) () É admissível a assistência em exceção de suspeição.
- b) () A assistência simples obsta a que a parte assistida reconheça a procedência do pedido.
- c) () A herança jacente ou vacante pode ser representada em juízo, ativa e passivamente, por curador nomeado pelo juiz.
- d) () Em ação direta de inconstitucionalidade é admissível a intervenção de terceiro.

006) Assinale a afirmativa correta:

- a) () É admissível a oposição em ação de execução de título extrajudicial.
- b) () Não existe valor da causa na oposição.
- c) () Quando denegado o pedido de assistência formulado por terceiro, há condenação em honorários de sucumbência.
- d) () São litisconsortes necessários na ação rescisória todos aqueles que participaram da lide matriz.

007) Assinale a afirmativa correta:

- a) () É nula a sentença que julga em primeiro lugar a ação para, a seguir, considerar prejudicada a oposição.
- b) () Na ação demarcatória litigiosa, as partes pagarão as despesas proporcionalmente aos seus quinhões.
- c) () Na nomeação à autoria, aceita a nomeação pelo nomeado, contra ele correrá a ação, mas sem a exclusão do nomeante.
- d) () O nomeado à autoria pode oferecer oposição.

008) Assinale a assertiva correta:

- a) () O interesse meramente econômico é suficiente para justificar o ingresso de terceiro no processo, na qualidade de assistente simples.
- b) () Admite-se a denúncia da lide contra qualquer dos co-responsáveis, na ação de ressarcimento movida pelo consumidor contra o fornecedor.
- c) () Cabe a denúncia da lide nas ações possessórias.
- d) () Não cabe denúncia da lide nas ações divisórias.

009) Assinale a afirmativa correta:

- a) () É cabível o chamamento ao processo em execução.
- b) () A assistência litisconsorcial não obsta a que o assistido desista da ação.
- c) () O Juiz pode determinar, *ex officio*, o chamamento ao processo.
- d) () É intempestivo o pedido de chamamento a juízo formulado somente em apelação.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

010) Assinale a assertiva correta:

- a) () O valor da causa, na oposição, quando ela abrange toda a ação, é o mesmo desta.
- b) () O adquirente ou o cessionário de coisa ou direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante ou o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária.
- c) () O Ministério Público, intervindo como fiscal da lei, não pode interpor recurso.
- d) () A prescrição não pode ser decretada de ofício pelo Juiz.

011) Assinale a assertiva correta:

- a) () A decisão que acolhe a argüição de incompetência absoluta desafia recurso de apelação.
- b) () Não há conflito de competência quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- c) () A nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.
- d) () Conflito de competência positivo ocorre quando mais de um juízo se derem por incompetentes para o julgamento da mesma causa.

012) Assinale a assertiva correta:

- a) () A exceção de incompetência (art. 112 do CPC) somente poderá ser protocolizada no juízo em que tramitar o feito.
- b) () Contra o revel, que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos, independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.
- c) () Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada, a sentença que estiver fundada em Enunciado de Súmula do Tribunal Superior competente.
- d) () No reexame necessário, é possível ao Tribunal agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.

013) Assinale a afirmativa correta:

- a) () A liquidação de sentença não poderá ser requerida na pendência de recurso.
- b) () Da decisão de liquidação de sentença caberá apelação.
- c) () O valor da indenização por dano moral pode ser objeto de liquidação por arbitramento.
- d) () Incluem-se os juros moratórios na liquidação de sentença, embora omissos o pedido inicial ou a condenação.

014) Assinale a afirmativa correta:

- a) () O exequente de título executivo judicial poderá optar por requerer o cumprimento do julgado no juízo prolator da sentença, no do lugar dos bens expropriáveis ou, ainda, no do domicílio atual do executado.
- b) () A decisão que resolver a impugnação ao cumprimento do julgado é recorrível somente por meio de apelação.
- c) () O acordo extrajudicial, homologado judicialmente, não constitui título executivo judicial.
- d) () É inadmissível o incidente de uniformização da jurisprudência no recurso de agravo.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

015) Assinale a afirmativa correta:

- a) () É admissível, na fase de liquidação de sentença, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- b) () A ação rescisória é a via adequada para anular a partilha amigável.
- c) () Na ação rescisória não estão impedidos juizes que participaram do julgamento rescindendo.
- d) () O terceiro juridicamente interessado não tem legitimidade para propor ação rescisória.

016) Assinale a afirmativa correta:

- a) () Prescreve em 2 (dois) anos o prazo para o ajuizamento de ação rescisória, contados do trânsito em julgado da decisão.
- b) () É embargável a decisão da turma que, em recurso extraordinário, divergir do julgamento da outra turma ou do plenário.
- c) () A apelação será recebida nos dois efeitos quando decidir o processo cautelar.
- d) () É defeso ao juiz, *ex officio*, reconhecer a prescrição, salvo quando se tratar de favorecer incapaz.

017) Assinale a afirmativa correta:

- a) () Na modalidade de agravo retido, este recurso será apreciado após o julgamento da apelação pelo Tribunal.
- b) () Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Excelso Supremo Tribunal Federal ou para o Colendo Superior Tribunal de Justiça.
- c) () Dependem de homologação pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, para serem executados no Brasil, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro.
- d) () Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso 'ex officio'.

018) Assinale a afirmativa correta:

- a) () Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento de decisão que não admite recurso especial.
- b) () Não estão sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução de sentença proferida em ação fundada em direito real.
- c) () Não se considera em fraude de execução a alienação ou oneração de bens quando sobre eles pender ação fundada em direito real.
- d) () É absoluta a competência do juízo prolator da sentença no caso de seu cumprimento.

019) Assinale a afirmativa correta:

- a) () Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, desde que contra ela se tenham esgotado todos os recursos.
- b) () A produção antecipada de provas não pode consistir em interrogatório da parte.
- c) () Ficam sujeitos à execução os bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.
- d) () Quando há incidentes e controvérsias judiciais no processo de inventário, cabe ação anulatória da partilha e não, rescisória.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

020) Assinale a afirmativa correta:

- a) () O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou apenas das medidas executivas.
- b) () Na ação de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, que tramite sob procedimento comum sumário, admite-se sentença ilíquida.
- c) () Na ação rescisória estão impedidos os juízes que participaram do julgamento rescindendo.
- d) () São cabíveis embargos de divergência de decisão de Turma, em agravo regimental, em sede de recurso extraordinário.

DIREITO CIVIL

Observação: as questões de Direito Civil devem ser respondidas de acordo com o que consta no Código Civil Brasileiro de 2002.

021) Sobre a responsabilidade civil, aponte a assertiva correta:

- a) () O incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar.
- b) () O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo em caso de culpa da vítima ou de força maior.
- c) () Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- d) () O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

022) No que diz respeito à indenização, é correto dizer:

- a) () A indenização não se mede pela extensão do dano.
- b) () O Juiz não poderá reduzir equitativamente a indenização, mesmo que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- c) () A gravidade da culpa da vítima no evento danoso será considerada na fixação do valor da indenização.
- d) () No caso de homicídio, a indenização não compreende as despesas com o funeral e o luto da família.

023) Quanto à cláusula penal, prevista em negócio jurídico para o caso de inadimplemento de obrigações, é correto afirmar:

- a) () A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, referir-se-á, sempre, à inexecução completa da obrigação.
- b) () O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- c) () Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue e prove ter havido prejuízo.
- d) () Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

024) A respeito da disciplina dos contratos, no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

- a) () Não é lícito às partes estipular contratos atípicos.
- b) () Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- c) () A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- d) () Os contratantes são obrigados a guardar, na conclusão do contrato, mas não em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

025) Sobre a disciplina dos vícios redibitórios, pode-se afirmar corretamente:

- a) () A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- b) () O adquirente não pode, em vez de rejeitar a coisa, reclamar abatimento no preço.
- c) () O alienante restituirá o que recebeu, com perdas e danos, mesmo que não conhecesse, ao tempo da alienação, o vício ou defeito da coisa.
- d) () A responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer em poder do adquirente, mesmo que pereça por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

026) Acerca da evicção, marque a afirmativa correta:

- a) () Podem as partes, por cláusula expressa, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção, mas não reforçá-la.
- b) () As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- c) () O adquirente pode demandar pela evicção, mesmo que soubesse, ao tempo da alienação, que a coisa era alheia ou litigiosa.
- d) () O doador, em qualquer hipótese, responde pela evicção.

027) Acerca dos direitos reais de garantia, aponte a afirmativa correta:

- a) () É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- b) () Mesmo após o pagamento, o devedor não poderá dar a coisa em pagamento da dívida.
- c) () Quanto, executado o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não basta para pagamento da dívida e despesas judiciais, não continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante.
- d) () O credor anticrético não tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga.

028) Sobre o direito real de hipoteca, pode-se afirmar corretamente:

- a) () Não podem ser objeto de hipoteca os navios e aeronaves.
- b) () É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- c) () O dono do imóvel hipotecado não pode, em hipótese alguma, constituir outra hipoteca sobre ele.
- d) () O adquirente do imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

029) Quanto à disciplina dada pelo Código Civil Brasileiro à união estável, é correto afirmar:

- a) () Não pode constituir união estável a pessoa casada, que esteja separada de fato.
- b) () As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.
- c) () Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão universal de bens.
- d) () A união estável jamais poderá converter-se em casamento.

030) A respeito da filiação, segundo o regime imposto pelo Código Civil, é correto dizer:

- a) () Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, mesmo que não haja autorização prévia do marido.
- b) () Basta o adultério da mulher, se confessado, para ilidir a presunção legal de paternidade.
- c) () Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.
- d) () Basta a confissão materna para excluir a paternidade.

DIREITO COMERCIAL/ DIREITO EMPRESARIAL

031) Marque a alternativa correta:

- a) () Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação exclusivamente de bens.
- b) () É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, mesmo após o início de sua atividade.
- c) () O empresário que instituir sucursal ou filial, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público, neste deverá também inscrevê-la, com prova da inscrição originária.
- d) () Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade entre si ou com terceiros, desde que não se tenham casado no regime da comunhão parcial de bens ou no da separação obrigatória.

032) A respeito da sociedade simples, é correto afirmar que:

- a) () As modificações do contrato social que tenham por objeto a quota de cada sócio no capital social depende do consentimento da maioria dos sócios.
- b) () As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando se extinguirem as responsabilidades sociais.
- c) () O sócio pode ser substituído no exercício de suas funções, sem o consentimento dos demais sócios.
- d) () As deliberações acerca dos negócios da sociedade serão tomadas com o consentimento de todos os sócios, independentemente do valor das quotas de cada um.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

033) A respeito da dissolução da sociedade, é correto afirmar que:

- a) () Ocorrerá quando houver a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.
- b) () Ocorrerá quando houver o vencimento do prazo de duração, mesmo se a sociedade entrar em liquidação.
- c) () No caso de morte do sócio, liquida-se-á somente sua quota, independentemente do que dispuser o contrato social.
- d) () Poderá ser dissolvida judicialmente apenas quando se verificar sua inexecutabilidade.

034) É correto afirmar que a administração na sociedade limitada:

- a) () Quando atribuída a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade;
- b) () Pode ser atribuída no mínimo a duas pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.
- c) () Quando realizada por administrador designado em ato separado, este será investido no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.
- d) () Deverá proceder, ao término de cada biênio de exercício social, à elaboração do inventário e do balanço patrimonial.

035) A respeito dos títulos de crédito, é correto afirmar que:

- a) () A nota promissória que não contenha data para pagamento considera-se pagável à vista, nos termos do disposto no artigo 34 da Lei Uniforme.
- b) () O cheque deve ser assinado pelo próprio emitente, sendo vedada a assinatura por mandatário ainda que possua poderes especiais para tanto.
- c) () A duplicata é uma faculdade atribuída ao emitente para ser extraída quando da emissão da fatura, podendo ser substituída por outra espécie de título de crédito.
- d) () As empresas prestadoras de serviço, sejam elas individuais ou coletivas, são proibidas de emitir faturas e duplicatas.

036) A respeito da recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e sociedade empresária, é correto afirmar que:

- a) () Estão regulados pela Lei nº 11.101/2005 que entrou em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.
- b) () As disposições previstas na mencionada lei se aplicam à empresa pública e à sociedade de economia mista.
- c) () São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte nos mencionados procedimentos judiciais.
- d) () A competência para homologar plano de recuperação extrajudicial, deferir recuperação judicial ou decretar falência é do juízo do local do principal estabelecimento do devedor.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 037) Ainda a respeito da falência, é correto afirmar que:**
- a) () Publicado o edital previsto na lei, os credores terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas impugnações.
 - b) () A impugnação, quanto à relação de credores, pode ser apresentada ao juiz por qualquer credor, pelo devedor ou seus sócios ou pelo Ministério Público.
 - c) () A habilitação de crédito realizada pelo credor deverá conter o valor do crédito atualizado, não sendo exigida a apresentação dos documentos comprobatórios deste.
 - d) () As habilitações recebidas fora do prazo estipulado na lei serão recebidas como retardatárias, mas terão direito ao recebimento dos rateios eventualmente realizados.
- 038) De acordo com a Lei nº 8.078/90, não é considerado consumidor:**
- a) () A pessoa física que adquire produto como destinatário final.
 - b) () A coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que intervenha nas relações de consumo.
 - c) () A pessoa jurídica que adquire produto como destinatário final.
 - d) () A pessoa física ou jurídica que adquire serviço, mesmo que não o faça como destinatário final.

TRABALHO E PROCESSO TRABALHO

Nas questões de número 39 a de número 48, marque a alternativa correta, tendo em vista o disposto na CLT.

- 39)**
- a) () As reclamações somente poderão ser apresentadas pelos empregados, ou por seus representantes e respectivos sindicatos.
 - b) () A reclamação poderá ser escrita ou verbal.
 - c) () Os empregadores não poderão apresentar reclamações perante as Varas do Trabalho.
 - d) () Nas localidades onde houver mais de uma Vara do Trabalho, a reclamação poderá ser diretamente apresentada na secretaria de qualquer uma destas Varas.
- 40)**
- a) () Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou termo, ao reclamado.
 - b) () Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 24 horas, remeterá a segunda via da petição, ou termo, ao reclamado.
 - c) () Ao mesmo tempo em que receber a segunda via da petição, o reclamado será citado para a audiência de instrução, que será a primeira desimpedida dentro do prazo mínimo de quinze dias.
 - d) () Ao mesmo tempo em que receber a segunda via da petição, o reclamado será citado para a audiência de instrução que será a primeira desimpedida dentro do prazo mínimo de oito dias.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

41)

- a) () A decisão será proferida imediatamente após a oitiva de testemunha.
- b) () Nos casos de conciliação, o termo lavrado valerá como decisão recorrível para a Procuradoria do Trabalho.
- c) () A decisão nem sempre mencionará as custas que devem ser pagas pela parte vencida.
- d) () A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

42)

- a) () O INSS será intimado, por Oficial de Justiça, das decisões homologatórias.
- b) () Nas decisões cognitivas ou homologatórias nem sempre se necessita indicar a natureza jurídica das parcelas constantes na condenação ou acordo.
- c) () Existindo na decisão evidência de erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo, poderão eles, antes da execução, ser corrigidos, *ex officio*, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.
- d) () Somente as partes poderão requerer a correção dos erros evidentes ou de cálculo.

43)

- a) () A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem, e será instruída com o acórdão da rescisória e com a respectiva certidão de trânsito em julgado.
- b) () A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos dessa ação, e será instruída com a decisão rescindenda e a respectiva certidão de trânsito em julgado.
- c) () A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem, e será obrigatoriamente instruída apenas com o acórdão da rescisória.
- d) () A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos dessa ação e deverá ser instruída apenas com o acórdão proferido nos autos da ação principal.

44)

- a) () Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho ou ao Juízo de Direito, dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data de suspensão do empregado.
- b) () Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho ou ao Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de suspensão do empregado.
- c) () O processo de inquérito perante a Vara do Trabalho ou Juízo obedecerá às normas estabelecidas no CPC por força do Princípio da Subsidiariedade.
- d) () Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito prejudicará a execução para o pagamento dos salários devidos.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

45) -

- a) () A compensação, ou retenção, só poderá ser argüida como matéria de defesa.
- b) () A compensação, na Justiça do Trabalho, não está restrita a dívidas de natureza trabalhista.
- c) () A compensação, ou retenção, só poderá ser argüida na fase de execução.
- d) () A compensação, ou retenção, poderá ser argüida como matéria de defesa ou na fase de execução.

46)

- a) () Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas, em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, apenas quando proferidas em violação literal de disposição de lei federal.
- b) () Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o seu respectivo Pleno.
- c) () Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas em violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) () Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei estadual ou convenção coletiva interpretação diversa da que lhe houver dado o seu respectivo Pleno.

47)

- a) () Os preceitos constantes na CLT, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam aos empregados domésticos, assim considerados, de modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica a pessoa ou família, no âmbito residencial desta.
- b) () Os preceitos constantes na CLT, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam aos empregados domésticos, assim considerados, de modo geral, os que prestam serviços de natureza econômica ou não-econômica a pessoa ou família, no âmbito residencial desta.
- c) () Os preceitos constantes na CLT, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam aos empregados domésticos e aos empregados de empresa pública.
- d) () Os preceitos constantes na CLT, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam aos empregados de fundações públicas ou privadas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

48) -

- a) () Não serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na CLT.
- b) () As alterações na estrutura jurídica da empresa poderão afetar os direitos de seus empregados.
- c) () Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na CLT.
- d) () O direito comum não será fonte subsidiária do direito do trabalho.

49) -

- a) () Somente os procuradores das partes poderão consultar, com ampla liberdade, os autos nos cartórios ou secretarias.
- b) () As partes, pessoalmente, não poderão consultar, com ampla liberdade, os autos nos cartórios ou secretarias.
- c) () Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados em qualquer fase do processo, ficando o traslado.
- d) () Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando o traslado.

Nas questões de número 50 a 56, marque a alternativa correta, tendo em vista o entendimento pacificado pelo Colendo TST por meio de suas Orientações Jurisprudenciais ou Súmulas, conforme o caso.

50)

- a) () No contrato nulo é devido apenas o equivalente ao salários dos dias trabalhados.
- b) () A prescrição do aviso prévio começa a fluir a partir de seu recebimento.
- c) () A proporcionalidade do aviso prévio com base no tempo de serviço depende da legislação regulamentadora, visto que pelo artigo 7º, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, não é auto-aplicável.
- d) () A proporcionalidade do aviso prévio com base no tempo de serviço não depende da legislação regulamentadora, visto que pelo artigo 7º, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, é auto-aplicável.

51)

- a) () Em caso de criação de novo município por desmembramento, cada uma das novas entidades se responsabiliza pelos direitos trabalhistas do empregado no período em que figurou como real empregador.
- b) () Em caso de criação de novo município por desmembramento, este se responsabiliza pelos direitos trabalhistas de todo o período do empregado que optar por continuar prestando-lhe serviços.
- c) () Em caso de criação de novo município por desmembramento, cada uma das novas entidades se responsabiliza, solidariamente, pelos direitos trabalhistas dos empregados que optarem por este.
- d) () Em caso de criação de novo município por desmembramento, cada uma das novas entidades se responsabiliza, subsidiariamente, pelos direitos trabalhistas dos empregados.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

52)

- a) () O adicional de insalubridade, ainda que devido a empregado, que por força de convenção coletiva perceba salário profissional, será calculado sobre o salário mínimo.
- b) () Os empregados que operam bomba de gasolina não têm direito ao adicional de periculosidade.
- c) () O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral.
- d) () O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma proporcional.

53)

- a) () É ônus do empregador que conta com mais de 5 empregados o registro da jornada de trabalho.
- b) () A presunção da veracidade da jornada de trabalho, prevista em convenção coletiva, não pode ser ilidida por outro meio de prova em contrário.
- c) () Os cartões de pontos que demonstram horários de entrada e saída uniformes são válidos como meio de prova.
- d) () Os cartões de pontos que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se ele não se desincumbir.

54)

- a) () O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu ajuizamento.
- b) () O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.
- c) () É quinquenal a prescrição para reclamar o não recolhimento do FGTS.
- d) () É quinquenal a prescrição para reclamar o não recolhimento do FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

55)

- a) () A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos, e verbas rescisórias.
- b) () A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, não tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos, e verbas rescisórias.
- c) () O pagamento em audiência dos salários atrasados ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.
- d) () Não é devida ao pracista a remuneração dos dias feriados.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

56)

- a) () No caso de se converter em indenização dobrada a reintegração, o direito aos salários é assegurado até a data do trânsito em julgado da última decisão de mérito.
- b) () As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris tantum*, mas *juris et de juris*.
- c) () As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de juris*, mas apenas *juris tantum*.
- d) () Cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.

57) Segundo o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) () Instalada a vara do trabalho, cessa a competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.
- b) () Instalada a vara do trabalho, cessa a competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, salvo para a execução das sentenças por ele proferidas.
- c) () Instalada a vara do trabalho, cessa a competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, salvo em relação às ações já protocoladas.
- d) () Não compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

058) Assinale a afirmativa correta. O Membro do Ministério Público, com atuação como fiscal da lei, opinando nos processos de Recursos Criminais e *Habeas Corpus* que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é o:

- a) () Promotor de Justiça.
- b) () Procurador de Justiça.
- c) () Procurador Federal.
- d) () Procurador da República.

059) Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto abaixo: Ordinariamente, o _____ promove a Ação Penal de Iniciativa Pública desde a peça inicial (Denúncia) até os termos finais, em primeira e demais instâncias. Ele está, na Ação Penal de Iniciativa Pública, submetido ao Princípio _____ da Ação Penal, uma vez que não fica a seu arbítrio ou discricionariedade mover ou não a Ação Penal. Existindo elementos que indiquem a ocorrência de um fato típico e antijurídico, é ele obrigado a promover a Ação Penal, desde que formada a sua *opinio delicti* (impressão e conclusão pessoal sobre o suposto delito. Caso entenda existir possibilidade de propositura da ação, deverá fazê-lo). Como se nota, é uma norma cogente, obrigatória. Instaurada a Ação Penal de Iniciativa Pública, proíbe-se que o _____ desista dela (artigo 42 do Código de Processo Penal Brasileiro)



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

ou do recurso já interposto (artigo 576 do mesmo diploma), pois rege ainda o Princípio _____ na Ação Penal de Iniciativa Pública.

- a) () Ofendido, da Indisponibilidade, Ministério Público, da Universalidade.
- b) () Procurador Federal, da Disponibilidade, *Parquet*, da Insignificância Penal.
- c) () Ministério Público, da Obrigatoriedade, *Parquet*, da Indisponibilidade.
- d) () Ministério Público, da Indisponibilidade, Ministério Público, da Obrigatoriedade.

060) Assinale a afirmativa que responde corretamente a questão: Os crimes de lesões corporais leves e lesões culposas ensejam qual tipo de Ação Penal, ordinariamente?

- a) () Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada.
- b) () Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada a Representação.
- c) () Ação Penal de Iniciativa Privada Original.
- d) () Ação Penal de Iniciativa Privada Subsidiária da Pública.

061) Diogo da Estrela, nascido em 21-02-1973, está sendo acusado de ter cometido um crime, capitulado no Código Penal Brasileiro pelo artigo 155, *caput* (Art. 155 - *Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa*). Observando-se a Denúncia oferecida ao Juiz, nota-se que o suposto crime teria ocorrido no dia 25-02-1995. O Juiz recebeu essa Denúncia em 11-01-1999. Percorrido todo o processo criminal, sobreveio uma sentença penal condenatória em xx-xx-xxxx, recebendo o Acusado, como pena, 01 (hum) ano e 06 (seis) meses de reclusão e multa. Não houve recurso da Acusação. Dependendo dessa data em que tenha sido proferida a mencionada sentença, já terá ocorrido a prescrição retroativa pela pena em concreto. Assinale a afirmativa correta, qual seja, a que indica a data mais próxima daquela (no formato DIA-MÊS-ANO), a partir da qual, caso fosse proferida a sentença, estaria o acusado isento do cumprimento da pena pela ocorrência de prescrição, uma das causas extintivas da punibilidade:

- a) () 13-01-2004.
- b) () 13-01-2002.
- c) () 13-01-2003.
- d) () 13-01-2001.

062) Assinale a alternativa que completa corretamente a questão: Caso o Juiz responsável pela Execução Penal profira uma decisão indeferindo um pedido endereçado a ele, para que pudesse um Acusado obter unificação das penas a que está condenado, qual o Recurso cabível contra essa decisão?

- a) () Recurso de Apelação.
- b) () Recurso de Agravo em Execução.
- c) () Recurso em Sentido Estrito.
- d) () Recurso Ordinário.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 063) Assinale a resposta correta. Caso um Recurso de Apelação interposto perante o Juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Minas Gerais, tenha seu seguimento negado pelo próprio Juiz, qual o recurso cabível contra essa decisão?**
- a) () Recurso de Agravo de Instrumento contra Despacho Denegatório.
 - b) () Embargos Infringentes.
 - c) () Recurso em Sentido Estrito.
 - d) () Carta Testemunhável.
- 064) Assinale a afirmativa correta. O prazo para oposição de Embargos Declaratórios em matéria criminal, no âmbito dos Juizados Especiais Federais Criminais, é:**
- a) () 05 – cinco dias.
 - b) () 02 – dois dias.
 - c) () 03 – três dias.
 - d) () 04 – quatro dias.
- 065) Assinale a resposta correta. Arthur Rei, maior, capaz, e que nunca havia sido processado anteriormente pelo cometimento de qualquer crime durante sua vida, foi condenado pelo Júri à pena de reclusão de 15 (quinze) anos, em razão da prática de crime de homicídio simples, cuja vítima era um idoso, com mais de 66 (sessenta e seis) anos de idade à época do fato. Na votação dos quesitos, os jurados acataram a argüição de que deveria haver, além da causa especial de aumento de pena (artigo 121, parágrafo 4º do CPB), uma agravante (artigo 61, II, h, do CPB), ambas relativas ao fato de ser a vítima um idoso. O Juiz, Presidente do Júri, então aplicou a pena em conformidade ao que fora decidido pelo Corpo de Jurados. Indaga-se, a aplicação da pena está correta? Em caso negativo, qual seria o recurso cabível para que possa ser essa pena devidamente ajustada?**
- a) () Sim, a aplicação da pena está correta, porque o Júri é soberano, sendo destarte irrecorrível sua decisão.
 - b) () Sim, a aplicação da pena está correta, porque a vítima é um idoso, e, conforme prescrição legal, incidem tanto a causa especial de aumento de pena quanto a agravante.
 - c) () Não está correta a pena aplicada, e o recurso cabível é o Recurso de Apelação.
 - d) () Não está correta a pena aplicada, e o recurso cabível é o Protesto por Novo Júri.
- 066) Assinale a afirmativa correta. Em um processo que tramita corretamente perante o 1º Juizado Especial Criminal da Comarca de Anápolis, Goiás, não sendo o Acusado encontrado para ser citado, o procedimento a ser seguido, segundo a lei específica (nº 9.099/95), é:**
- a) () O processo é remetido a uma das Varas Criminais da Comarca de Anápolis, Goiás, para que seja, então, o processo regido pelo rito do Código de Processo Penal Brasileiro, quando será o Acusado citado por edital.
 - b) () Será o Acusado citado por edital no próprio Juizado Especial Criminal.
 - c) () Decreta-se a revelia do Acusado no próprio Juizado Especial Criminal e suspende-se o curso do processo da Ação Penal.
 - d) () O Juiz do Juizado Especial nomeia Defensor para o Acusado, e continua o processo naquele mesmo Juizado.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

- 067)** Assinale a alternativa que responde corretamente a questão. **Impetrada uma Ação de Habeas Corpus perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, contra ato de um Juiz Federal de 1ª Instância lotado na 2ª Vara da Seção Judiciária Federal do Estado do Tocantins, é a Ação denegada. Qual o recurso cabível contra essa decisão colegiada? Quem julgará esse recurso?**
- a) () Recurso em Sentido Estrito, que será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
 - b) () Recurso Extraordinário, que será julgado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal.
 - c) () Recurso Ordinário, que será julgado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça.
 - d) () Não há recurso cabível contra essa decisão.
- 068)** Assinale a alternativa que contém a resposta correta. **Xavier Duarte, maior, capaz, fora condenado pelo cometimento de fato tipificado em lei penal, ocasião em que se reconheceu que não houve qualquer intenção sua em cometer o mencionado ato, visto que o cometera culposamente. Com base no relato, responda:**
- a) () Independe se o fato típico mencionado tem previsão legal de pena para a modalidade culposa, pois qualquer crime comporta condenação na modalidade culposa, assim, poderia ser condenado esse cidadão tal como exposto no enunciado.
 - b) () Somente poderia ele ter sido condenado se o fato típico mencionado tivesse previsão legal de pena para a modalidade culposa, e, inexistindo essa previsão, não há como condená-lo.
 - c) () Independe se o fato típico mencionado tem previsão legal de pena para a modalidade culposa, pois qualquer crime comporta condenação; se não houve previsão de modalidade culposa, será ele condenado na modalidade dolosa, na medida de sua culpabilidade.
 - d) () Nenhuma das respostas acima está correta.
- 069)** Assinale a afirmativa correta, com relação à ação civil *ex-delito*:
- a) () Certo acusado de cometimento de crime contra uma vítima, é condenado ao final da Ação Penal a que respondia, e essa decisão transita em julgado; há, pois, necessidade de ser esse Acusado acionado judicialmente para ser obrigado a ressarcir civilmente a Vítima, e somente então, após ser reconhecida posterior e independentemente a obrigação civil de reparação, é que poderá a Vítima liquidar e executar esse valor reparatório.
 - b) () Certo Acusado de cometimento de crime contra uma Vítima, é absolvido sob o fundamento da insuficiência de provas ao final da Ação Penal a que respondia, e essa decisão transita em julgado; não há, pois, como ser esse Acusado acionado judicialmente para ser obrigado a ressarcir civilmente a Vítima.
 - c) () Certo Acusado de cometimento de crime contra uma vítima, é absolvido sob o fundamento da negativa de autoria ao final da Ação Penal a que respondia, e essa decisão transita em julgado; não há pois, como ser esse Acusado acionado judicialmente para ser obrigado a ressarcir civilmente a Vítima.
 - d) () Nenhuma das alternativas acima está correta.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

- 070) Assinale a afirmativa correta. Pode representar pela Prisão Temporária de um Investigado, estando legitimado para tanto:**
- a) () A Vítima.
 - b) () A Autoridade Policial.
 - c) () O Procurador do Estado.
 - d) () O Ministério Público.
- 071) Assinale a resposta correta. Contra um Acórdão proferido por unanimidade da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, foi interposto um Recurso Especial perante esse mesmo Tribunal, quando, então, foi ele inadmitido por seu Presidente. Contra essa decisão do Presidente, qual o Recurso cabível, qual o prazo para interposição desse meio de insurgência, onde ele será protocolizado e quem o julgará?**
- a) () Recurso de Agravo de Instrumento contra Despacho Denegatório, 10 (dez) dias, no TJGO e será julgado pelo STJ.
 - b) () Recurso Extraordinário, 15 (quinze) dias, no STF e será julgado pelo próprio STF.
 - c) () Carta Testemunhável, 02 (dois) dias, no TJGO e será julgado pelo próprio TJGO.
 - d) () Recurso de Agravo de Instrumento contra Despacho Denegatório, 05 (cinco) dias, no TJGO e será julgado pelo STJ.
- 072) Assinale a afirmativa correta.**
- a) () A concessão de livramento condicional aos condenados por crimes hediondos ou a eles equiparados é inviável juridicamente, tendo em vista a expressa proibição legal de que a pena imposta deve ser cumprida em regime integralmente fechado.
 - b) () Os prazos de prescrição são reduzidos pela metade quando o agente era ao tempo do crime menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 70 (setenta) anos, nessa mesma data.
 - c) () As penas restritivas de direito são cumpridas em regime fechado (ainda que integralmente ou não), semi-aberto ou aberto.
 - d) () A Prisão Preventiva de um Acusado pode ser decretada sob a justificativa de haver risco de que a sociedade sinta que não está havendo a aplicação de justiça, ou seja, de que está havendo impunidade generalizada, o que é chamado de comoção social.
- 073) Assinale a afirmativa correta.**
- a) () Nos crimes permanentes, a contagem do prazo prescricional se inicia no momento em que cessa a execução do crime.
 - b) () Com o advento do Código Civil Brasileiro de 2002, o menor de 21 (vinte e um) anos e maior de 18 (dezoito) anos é, face ao Direito Penal Brasileiro, totalmente capaz e imputável, não havendo mais a aplicação da atenuante obrigatória prevista no artigo 65, I, do Código Penal Brasileiro, previsão legal que fora derogada.
 - c) () Nos Crimes Contra a Ordem Tributária, extingue-se a punibilidade somente se o agente promover o pagamento integral da dívida antes do oferecimento da Denúncia, mas não, depois.
 - d) () Dolo natural e dolo normativo são conceitos que se aliam, formando o mesmo conceito, nas concepções finalista e causal da ação.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás “Casa do Advogado Jorge Jungmann”

074) Assinale a afirmativa correta.

- a) () Relativamente ao Crime Impossível, o Código Penal Brasileiro adota a Teoria Objetiva Temperada, pois só reconhece Crime Impossível quando a impropriedade do objeto e a ineficácia do meio forem “absolutas”.
- b) () No Crime Impossível não se mostra essencial o propósito de cometer um crime, não havendo, portanto, a exigência da tipicidade subjetiva (dolo) e da atipicidade objetiva.
- c) () Se o agente atira para matar a vítima e a bala *falha*, será Crime Impossível.
- d) () O Crime Impossível, por impropriedade absoluta do objeto, é espécie de delito putativo, não se filiando, contudo, à figura do crime putativo por erro de tipo.

075) Assinale a afirmativa correta.

- a) () O artigo 65 do Código Penal Brasileiro é taxativo: as atenuantes “sempre” atenuam a pena. Sendo assim, pode um Acusado ser condenado a uma pena abaixo do mínimo legalmente cominado em abstrato, caso exista uma atenuante a ser aplicada, e tal possibilidade é defendida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai do teor do Enunciado nº 231 de sua Súmula.
- b) () A legislação pertinente considera “Estado de Flagrância” as 24 (vinte e quatro) horas que se seguem ao cometimento de um crime.
- c) () Um cidadão preso em flagrante delito não poderá ser posto em liberdade – mediante Liberdade Provisória, vinculada, com ou sem fiança - caso o crime por ele cometido tenha causado repercussão na sociedade, ou seja, tenha causado grande assombro e repúdio nas pessoas que compõem a sociedade.
- d) () Nos processos de Ações Penais, o menor de 10 (dez) anos de idade pode ser ouvido em Juízo como testemunha, por não existir vedação legal.

076) Acerca dos crimes contra a honra, e de acordo com o Código Penal Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) () A prostituta não pode ser vítima do crime de calúnia.
- b) () Para que se consuma o crime de calúnia, faz-se necessário que terceira pessoa, que não a vítima, tenha conhecimento da conduta objetiva do agente.
- c) () A difamação protege a honra subjetiva, enquanto a injúria protege a honra objetiva.
- d) () A denominada imunidade judiciária alcança a calúnia, a injúria e a difamação.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 77) ***Todo agente público vincula-se ao Estado por meio de ato ou procedimento legal a que se denomina investidura, conforme leciona a doutrina. Nesse sentido, a investidura que vincula o agente a cargo, função ou mandato administrativo, atendidos os requisitos de capacidade e idoneidade que a lei estabelecer, é conceituada como:***
- a) () Administrativa.
 - b) () Política.
 - c) () Vitalícia.
 - d) () Derivada.
- 78) **O poder administrativo conferido à autoridade pública possui limites determinados e contorno legal de emprego ou aplicação. Quando esta autoridade, apesar de competente, ultrapassa e exorbita a prática do ato no uso de suas faculdades administrativas, acontece o que a doutrina denomina:**
- a) () Excesso de poder.
 - b) () Desvio de finalidade.
 - c) () Omissão da Administração.
 - d) () Comissão Administrativa.
- 79) **São requisitos necessários à formação do ato administrativo, constituindo exclusivamente sua infra-estrutura:**
- a) () Presunção de legitimidade e forma.
 - b) () Auto-executoriedade e competência.
 - c) () Imperatividade e motivo.
 - d) () Finalidade e objeto.
- 80) **O ato administrativo que, em seu conteúdo, cria uma nova situação jurídica singular para os respectivos interessados e destinatários, em relação à própria Administração Pública, é classificado pela doutrina como:**
- a) () Ato declaratório.
 - b) () Ato modificativo.
 - c) () Ato constitutivo.
 - d) () Ato abdicativo.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

- 81) A recondução do servidor ao mesmo cargo de origem de que fora demitido, com o pagamento integral dos vencimentos e vantagens que deixou de perceber durante o consequente afastamento do cargo, porque reconhecida a ilegalidade da pena aplicada pela Administração Pública, via decisão judicial ou administrativa, é conceituada como:**
- a) () Recondução.
 - b) () Reintegração.
 - c) () Reversão.
 - d) () Readmissão.
- 82) Qual teoria é adotada atualmente no campo do Direito Administrativo Brasileiro aos casos de responsabilidade civil da Administração Pública?**
- a) () Teoria da culpa subjetiva.
 - b) () Teoria da culpa administrativa.
 - c) () Teoria do risco integral.
 - d) () Teoria do risco administrativo.
- 83) Qual princípio precisamente enfatiza que os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes, mas à coletividade que é a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos?**
- a) () Princípio da Legalidade.
 - b) () Princípio da Indisponibilidade.
 - c) () Princípio da Moralidade.
 - d) () Princípio da Impessoalidade.
- 84) É cediço que todos os atos administrativos podem submeter-se à apreciação judicial de legalidade. Nesse sentido, segundo a melhor doutrina e jurisprudência, é correto afirmar que:**
- a) () Os atos vinculados têm menos efetividade de controle judicial de legalidade do que os atos discricionários.
 - b) () O juiz, ao invocar o controle judicial da legalidade do ato administrativo, pode valorar a conduta discricionária que a lei deferiu ao administrador, substituindo-o na respectiva decisão meritória.
 - c) () O controle judicial da legalidade de ato administrativo comprovadamente legítimo ofende os princípios dos freios e contrapesos e da separação de Poderes.
 - d) () Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não podem ser invocados pelo Juiz para resolução do controle judicial da legalidade do ato vinculado ou discricionário em hipótese concreta.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, REGULAMENTO GERAL, CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

- 85) O Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que o advogado pode entrar livremente:**
- a) () Em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado.
 - b) () Nas salas de sessões dos tribunais, salvo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.
 - c) () Nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso, em delegacias e prisões, salvo fora da hora de expediente e dependentemente da presença de seus titulares.
 - d) () Em qualquer assembléia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, mesmo não munido de poderes especiais.
- 86) O Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que o advogado pode:**
- a) () Examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, desde que munido de procuração, e não estejam os processos sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos.
 - b) () Retirar, mesmo sem procuração, autos de processo findos, pelo prazo de dez dias.
 - c) () Ter vista em cartório de processos judiciais de qualquer natureza, salvo de caráter administrativo, podendo retirá-los pelo prazo legal.
 - d) () Comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, salvo se considerados incomunicáveis.
- 87) O Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia. Nesse sentido, é correto afirmar que:**
- a) () As sociedades de advogados que adotem denominação de fantasia não podem ser admitidas a registro, podendo funcionar até o prazo legal previsto para a regularização.
 - b) () Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e limitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.
 - c) () Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
 - d) () O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, alterando sua constituição.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 88) **O Excelso Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.127-8, ao examinar questão de desconstituição de punição e imunidade do advogado nas suas manifestações, durante o exercício profissional, em juízo ou fora dele, conforme consta no Estatuto da Advocacia e da OAB, em medida liminar, suspendeu a eficácia de qual expressão?**
- a) () Descrédito.
 - b) () Injúria.
 - c) () Difamação.
 - d) () Desacato.
- 89) **Qual o prazo prescricional previsto pelo Estatuto da Advocacia e da OAB para a ação de cobrança de honorários de advogado?**
- a) () Dois anos, contado o prazo do vencimento do contrato, se houver.
 - b) () Três anos, contado o prazo do trânsito em julgado da decisão que os fixar.
 - c) () Cinco anos, contado o prazo da ultimação do serviço extrajudicial.
 - d) () Dez anos, contado o prazo da desistência ou da transação.
- 90) **O Conselho Federal da OAB, ao instituir o Código de Ética e Disciplina, norteou-se por princípios que formam a consciência profissional do advogado e representam imperativos de sua conduta. Nesse sentido, é verdadeiro afirmar que:**
- a) () O advogado vinculado ao cliente ou constituinte, mediante relação empregatícia ou por contrato de prestação permanente de serviços, integrante de departamento jurídico, ou órgão de assessoria jurídica, público ou privado, deve zelar pela sua liberdade e independência. Art. 4º do Código de Ética e Disciplina da OAB.
 - b) () É ilegítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente à lei ou ao direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.
 - c) () O exercício da advocacia é compatível com procedimento de mercantilização.
 - d) () É lícito o oferecimento de serviços profissionais que impliquem inculcação de clientela.
- 91) **O Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece como deve ser a relação profissional do advogado com o cliente, sendo correto afirmar que:**
- a) () A conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento.
 - b) () O advogado, mesmo com motivo justo, não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos.
 - c) () O Advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, mesmo com prévio conhecimento deste.
 - d) () O mandato extrajudicial se extingue pelo decurso de tempo, mesmo que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

- 92) **O Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece que os advogados integrantes da mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes com interesses opostos. Nesse sentido, é verdadeiro afirmar que:**
- a) () Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes, e não estando acordes os interessados, com a devida prudência e discernimento, o advogado deverá renunciar obrigatoriamente ao último mandato, resguardado o sigilo profissional.
 - b) () Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes, e não estando acordes os interessados, com a devida prudência e discernimento, o advogado optará por um dos mandatos, renunciando aos demais, resguardado o sigilo profissional.
 - c) () Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes, e não estando acordes os interessados, com a devida prudência e discernimento, o advogado renunciará aos mandatos, resguardado o sigilo profissional, salvo se autorizado ou solicitado pelos constituintes.
 - d) () Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes, e não estando acordes os interessados, com a devida prudência e discernimento, o advogado deverá obrigatoriamente renunciar ao último mandato, resguardado o sigilo profissional, salvo se autorizado ou solicitado pelos constituintes.
- 93) **O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, conforme consta no Código de Ética e Disciplina da OAB. De conseqüência, é verdadeiro afirmar que:**
- a) () O anúncio deve mencionar o nome completo do advogado, o número da inscrição na OAB e a denominação de fantasia.
 - b) () O anúncio deve mencionar o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB; vedada sua veiculação pelo rádio e televisão.
 - c) () O anúncio de advogado não deve mencionar, direta ou indiretamente, qualquer cargo, função pública ou relação de emprego e patrocínio que tenha exercido, salvo para inculcar clientela.
 - d) () O anúncio pode conter o uso dos símbolos oficiais utilizados pela Ordem dos Advogados do Brasil, desde que previamente autorizado.
- 94) **Segundo o Código de Ética e Disciplina da OAB, os honorários advocatícios e sua eventual correção devem ser previstos em contrato escrito, qualquer que seja o objeto e o meio da prestação do serviço profissional, e deve conter todas as especificações e forma de pagamento, inclusive no caso de acordo. A respeito dos honorários, é verdadeiro afirmar que:**
- a) () Os honorários da sucumbência excluem os contratados.
 - b) () A compensação dos honorários contratados pode ocorrer independentemente de autorização.
 - c) () Na hipótese da adoção de cláusula “quota litis”, os honorários podem ser representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, fixados em valores superiores às vantagens advindas em favor do constituinte ou do cliente.
 - d) () Havendo necessidade de arbitramento e cobrança judicial dos honorários advocatícios, deve o advogado renunciar ao patrocínio da causa, fazendo-se representar por um colega.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

DIREITO TRIBUTÁRIO

95) São modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) () O pagamento, a compensação, a transação, a anistia, a prescrição, a decisão administrativa irreformável.
- b) () O pagamento, a remissão, a decisão administrativa, o parcelamento do débito, a prescrição.
- c) () O pagamento antecipado e a homologação do lançamento, a imunidade tributária, a consignação em pagamento, a decisão judicial passada em julgado, a remissão.
- d) () O pagamento, a compensação, a decadência, a conversão do depósito em renda, a consignação em pagamento, a decisão judicial passada em julgado.

96) Sobre o lançamento é correto afirmar:

- a) () O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.
- b) () O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só será alterável por ato da Administração Pública.
- c) () O lançamento é um título executivo extrajudicial.
- d) () A revisão do lançamento de ofício poderá ocorrer a qualquer tempo.

97) A responsabilidade por infrações à legislação tributária é excluída pela denúncia espontânea do infrator, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, se for o caso. Considera-se espontânea a denúncia:

- a) () Quando apresentada até 48 horas após a ocorrência do fato gerador.
- b) () Quando apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- c) () Durante o processo administrativo, mas antes da decisão administrativa irreformável.
- d) () Durante o processo judicial, mas antes da decisão judicial passada em julgado.

98) Pessoa física, em determinado exercício, deixou de apresentar à Secretaria da Receita Federal a declaração de imposto de renda. Contudo, no ano calendário a que se referia a declaração, esse contribuinte não auferira receita superior ao limite da isenção, de modo que não havia imposto devido. Nesta hipótese, a autoridade administrativa:

- a) () Pode cobrar multa pela não entrega da declaração, porque a obrigação acessória independe da obrigação principal.
- b) () Não pode cobrar multa pela não entrega da declaração, porque a obrigação acessória não subsiste se não há obrigação principal.
- c) () Não pode cobrar multa pela não entrega da declaração, porque não é possível cobrar penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória.
- d) () Só poderia cobrar multa pela não entrega da declaração, se o contribuinte tivesse auferido renda superior ao limite de isenção.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 99) **Sobre o ISS, imposto incidente sobre os serviços mencionados na Lei complementar 116/03, podemos afirmar:**
- a) () Regra geral, o local do pagamento do ISS é o município onde se encontra estabelecido o prestador de serviços, sem exceções.
 - b) () O contribuinte do ISS é o prestador de serviço, mesmo que esta não seja a atividade preponderante do prestador.
 - c) () Os municípios poderão atribuir a responsabilidade pelo pagamento do ISS à terceira pessoa (responsável tributário), por decreto municipal, como nos casos de substituição tributária com retenção do imposto devido pelo tomador (contratante) do serviço prestado.
 - d) () A LC 116 estabeleceu a não incidência do ISS na contratação de serviços provenientes do exterior ou de prestação de serviços realizada no exterior (importação e exportação de serviços).
- 100) **Assinale a única afirmativa correta, quanto ao Princípio da Não-cumulatividade:**
- a) () A legislação ordinária e o regulamento do IPI não admitem a transferência dos saldos credores acumulados para outras empresas, apenas entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.
 - b) () O IPI, o ICMS e o IR são os únicos impostos alcançados pelo princípio da não-cumulatividade, conforme preceitua a CRFB/88.
 - c) () O imposto a pagar será resultado do confronto do crédito pelas aquisições e do débito do imposto pelas saídas tributadas, visando a aplicação da técnica da não-cumulatividade.
 - d) () Regra geral, o direito ao abatimento do crédito pela entrada somente se admite se a saída dos produtos for tributada pelo imposto.

BOA PROVA!